

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2025-01-18

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Suleman, F. & Barradas, R. (2024). Mercado de trabalho e bem-estar após a grande recessão: Dificuldades e desafios dos jovens. In Renato Miguel do Carmo (Ed.), *Jovens e o trabalho em Portugal: Desigualdades, (des)proteção e futuro*. (pp. 15-45). Lisboa: Actual Editora.

Further information on publisher's website:

<https://www.almedina.net/jovens-e-o-trabalho-em-portugal-desigualdades-desprotecao-e-futuro-1719367311.html>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Suleman, F. & Barradas, R. (2024). Mercado de trabalho e bem-estar após a grande recessão: Dificuldades e desafios dos jovens. In Renato Miguel do Carmo (Ed.), *Jovens e o trabalho em Portugal: Desigualdades, (des)proteção e futuro*. (pp. 15-45). Lisboa: Actual Editora.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Capítulo 2. Mercado de trabalho e bem-estar após a Grande Recessão: Dificuldades e desafios dos jovens

Fátima Suleman

Ricardo Barradas

1. Introdução

Os jovens, especialmente os mais novos (15-24 anos), enfrentam mais dificuldades que os adultos na integração e continuidade no mercado de trabalho. A sua situação, nos países industrializados, caracteriza-se por períodos de desemprego, subemprego, empregos com baixos salários, contratos flexíveis e empregos pouco qualificados. Os jovens possuem níveis mais elevados de educação, mas a transição para o mercado de trabalho tornou-se mais complexa, envolvendo frequentemente riscos e incertezas (Furlong *et al.*, 2018). Estas dificuldades tornam os jovens um grupo vulnerável, que merece uma especial atenção por parte dos decisores políticos, instituições europeias e internacionais e outros atores sociais.

Para ilustrar essa relevância, a União Europeia definiu o ano de 2022 como o Ano Europeu da Juventude, com vista a alertar esses atores para a necessidade de dar aos jovens uma igualdade de tratamento no mercado de trabalho e na proteção social (McLoughlin, 2022). A trajetória contributiva e o método de cálculo da proteção no desemprego e a sua duração contribuem para aumentar as dificuldades de os jovens acederem à proteção social no desemprego (Ghailani *et al.*, 2021). Os jovens confrontam-se assim com um sistema de proteção social, dualizado que tende a distinguir gerações de trabalhadores e, conseqüentemente, transformar os jovens em *outsiders* do sistema (Emmenegger *et al.*, 2012) ou um novo grupo de risco (Bonoli, 2005). Esta situação tem impactos na vida pessoal e profissional, mas igualmente na perceção que os jovens têm do próprio sistema de proteção social.

Este capítulo procura evidenciar fenómenos persistentes no mercado de trabalho de jovens e o modo como esses problemas afetam diversas dimensões da vida pessoal dos jovens em Portugal. É sabido que o emprego jovem é fortemente afetado pelas condições económicas e as épocas recessivas tendem a ter maiores impactos na transição dos jovens para o mercado de trabalho (Kahn, 2010). As conseqüências da designada Grande Recessão, iniciada em 2008, no emprego e desemprego jovem foram já amplamente estudadas, sobressaindo uma conclusão clara de que os jovens foram muito negativamente afetados (Scarpetta, Sonnet & Manfredi, 2010; Serracant, 2015). Este capítulo incide no período subsequente, 2013-2022, e pretende aferir se a situação dos jovens no início e consolidação da recuperação económica foi alterada, incluindo igualmente o contexto de pandemia

da COVID-19. Como tal, as questões de investigação que guiam a nossa análise são: Como evoluiu o desemprego nos dois períodos críticos? Qual o padrão do emprego na fase de crescimento? Quais as consequências do contexto de pandemia e suspensão da atividade económica no mercado de trabalho dos jovens?

Uma outra temática que tem merecido igualmente atenção especial é relativa ao impacto das condições de emprego e de desemprego na vida pessoal. A passagem para a vida adulta não está isenta de riscos e dificuldades que decorrem da falta de empregos dignos que garantam estabilidade de emprego e rendimentos suficientes. Os decisores políticos, os *media* e a sociedade civil mostram preocupações acrescidas relativamente à independência, à passagem para a vida adulta e à formação de família por parte dos jovens. Acresce ainda que os jovens têm menos probabilidade de aceder à proteção social, o que reduz o acesso a um rendimento no desemprego e aumenta a dependência face à família e outro apoio de proximidade, quer para habitação, quer para outros tipos de despesas que implicam apoio financeiro. Enquanto as dificuldades no mercado de trabalho têm merecido muita atenção por parte dos académicos, os múltiplos impactos dessas dificuldades carecem ainda de maior aprofundamento e disseminação em Portugal.

A nossa pesquisa recorre a dados secundários das bases de dados do EUROSTAT e da OCDE relativos aos indicadores do mercado de trabalho e do papel da rede familiar e exposição ao risco de pobreza. Analisa ainda dados nacionais sobre o acesso a medidas de proteção social, designadamente o acesso ao rendimento social de inserção e ao subsídio de desemprego. Esta análise permite identificar as consequências, muitas vezes invisíveis, dos problemas de emprego que afetam os jovens, as respostas familiares e de bem-estar.

Este capítulo está estruturado de seguinte forma. Numa primeira parte, analisamos os fenómenos do mercado de trabalho que afetam os jovens. Mais adiante, na Secção 3, exploramos variáveis socioeconómicas e outras que podem refletir consequências negativas das condições do mercado de trabalho na vida dos jovens. A análise é realizada para Portugal por comparação aos países da Europa do Sul. Finalmente, na secção dedicada às conclusões, sugerimos algumas recomendações de política que visam melhorar as condições de emprego e vida dos jovens.

2. O mercado de trabalho: desemprego, emprego flexível e baixos salários

2.1. O desemprego jovem

Os jovens enfrentam grandes dificuldades quando entram no mercado de trabalho, quer devido ao elevado desemprego, quer devido à precariedade e insegurança associada ao trabalho temporário. No período da recessão (2011), e no contexto europeu, um em cada cinco jovens estava desempregado e

dois em cada cinco tinham um emprego temporário (De Lange, Gesthuizen & Wolbers, 2014). Contudo, há diferenças regionais na Europa, sendo os países sul da Europa aqueles em que os jovens enfrentam maiores dificuldades, designadamente em Espanha e na Grécia. Os dados da OCDE¹ mostram que, em 2008, 24,46% de jovens entre os 15 e os 24 anos estavam desempregados em Espanha e 21,84% na Grécia. Contudo, esta tendência prevaleceu também em 2022, num contexto em que 31,4% de jovens estava desempregado na Grécia e 29,7% em Espanha.

Não existem dúvidas de que fatores cíclicos ligados às condições económicas contribuíram para agravar o desemprego jovem (Marques & Hörisch, 2020). Em épocas recessivas, as empresas tendem a contrair o recrutamento e os indivíduos que procuram entrar no mercado de trabalho são de facto os mais afetados (Gangl, 2002). O autor sublinha que a evolução do desemprego de transição é fortemente cíclica, enquanto De Lange, Gesthuizen e Wolbers (2014) apontam a relação positiva entre o desemprego geral e o desemprego jovem. Contudo, o desemprego jovem é muito superior comparativamente ao desemprego dos adultos, sendo mais de três vezes superior aos dos adultos em alguns países (por exemplo, na Itália).

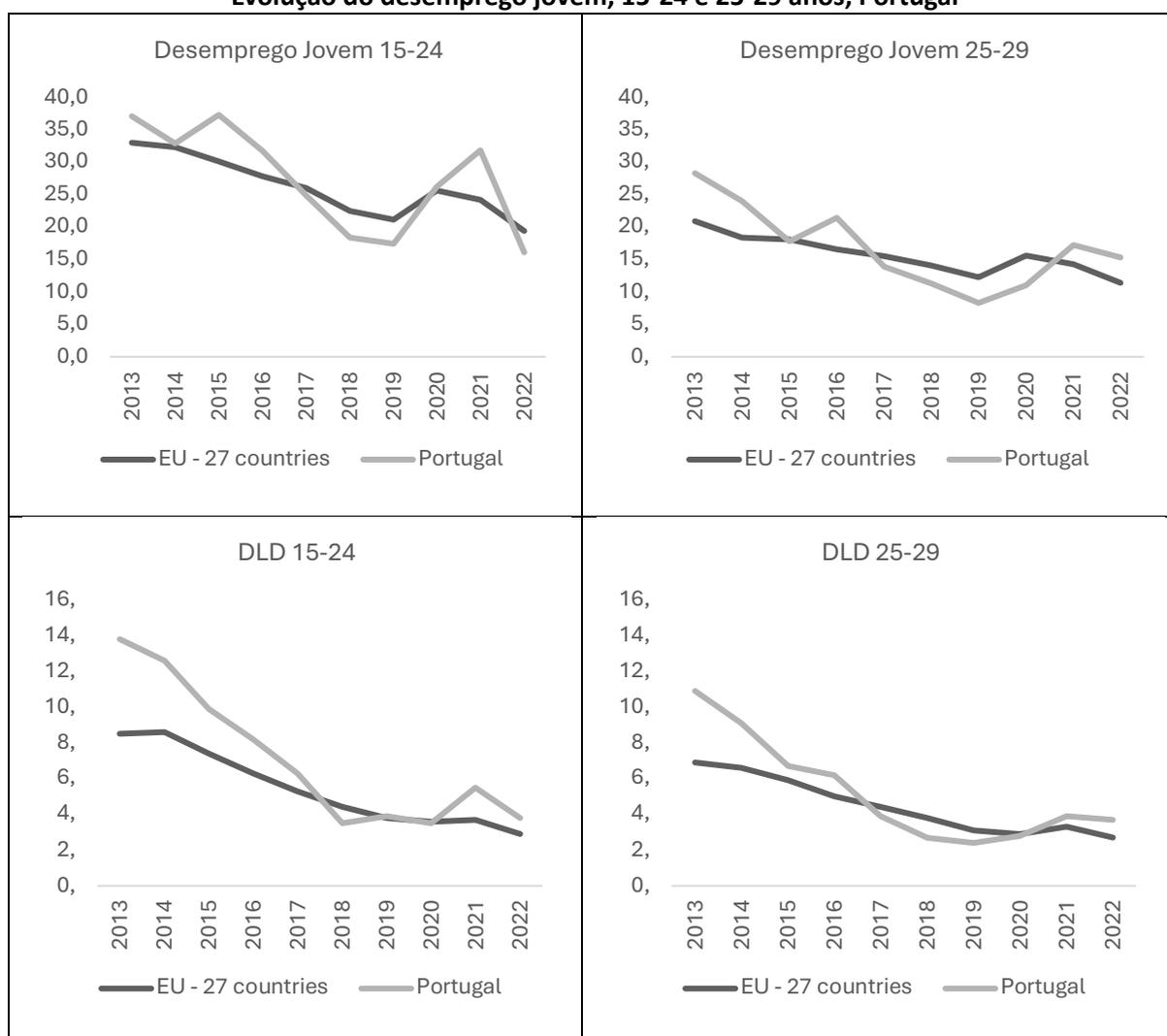
Além de fatores de natureza conjuntural, outras explicações são avançadas para compreender o desemprego jovem. Por um lado, os jovens são considerados “outsiders” porque ainda carecem de experiência profissional e, como tal, não acumularam capital humano específico que beneficia as empresas. Neste sentido, o debate desenvolve-se em torno dos regimes de transição da escola para o trabalho, isto é, das iniciativas para permitir uma experiência de trabalho aos jovens no seu percurso académico (Caroleo & Pastore, 2007). O debate envolve ainda a natureza da proteção social, as políticas ativas de emprego e o próprio sistema educativo, fatores que influenciam o desemprego jovem e explicam diferenças dentro da Europa.

Por outro lado, o desemprego jovem pode revelar trajetórias precárias no mercado de trabalho. Em épocas de incerteza económica, as empresas são relutantes em oferecer estabilidade de emprego e os jovens podem ficar reféns de trajetórias em carrossel, que representam “*mudanças sucessivas entre empregos sem estabilidade, penosos, perigosos e (eventualmente) o desemprego*” (Diogo, 2010: 5). Por isso se questiona se o emprego temporário é um trampolim (*stepping stone*) para um emprego com qualidade ou um beco sem saída (*dead-end*) que aprisiona os jovens numa situação de precariedade e instabilidade (quase) permanente. Além disso, o trabalho temporário envolve igualmente baixos salários. Assim, “*alguns jovens tendem a aceitar empregos mal pagos e, em vez de acumularem experiência profissional para encontrar mais tarde empregos de qualidade e com salários elevados, ficam presos durante muitos anos ou mesmo para o resto da vida*” (Caroleo & Pastore, 2007: 41).

¹ <https://data.oecd.org/unemp/unemployment-rate-by-age-group.htm#indicator-chart>

Vimos que as condições da economia influenciam decisivamente o desemprego jovem e, como tal, em épocas de expansão é de esperar uma redução desse desemprego. Os dados² sobre o mercado de trabalho português mostram um comportamento cíclico, revelando um declínio a partir de 2014, mas com algum agravamento em 2015 (Figura 1). O ano de 2015 marca um retrocesso na redução do desemprego jovem, aproximando-se dos valores de 2013, período mais crítico da recessão económica, mas a partir daí a tendência é marcadamente decrescente. Em contrapartida, a tendência do desemprego de jovens adultos alterou-se em 2016, verificando-se um aumento de 3,6 p.p. comparativamente a 2015.

Figura 1
Evolução do desemprego jovem, 15-24 e 25-29 anos, Portugal



Fonte: EUROSTAT

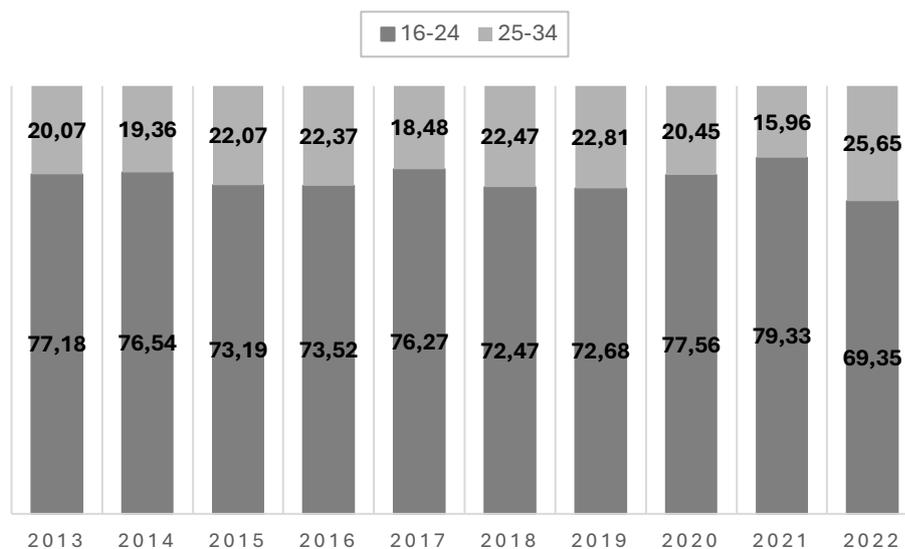
² Os grupos etários não são uniformes nos dados agregados disponíveis. Estes consideram os jovens a partir dos 15 anos, como é o caso do EUROSTAT, ou 16 anos como acontece com dados nacionais.

O contexto de pandemia da COVID-19 criou, de novo, dificuldades, e o encerramento de atividades económicas reduziu as oportunidades de emprego para jovens e para jovens adultos, embora com menor intensidade para estes últimos. A crise pandémica e as medidas implementadas pelos governos tenderam a proteger os adultos, designadamente através do *lay-off*, enquanto os jovens, especialmente os trabalhadores temporários, foram mais facilmente despedidos. As dificuldades de transição para o mercado de trabalho com atividade económica suspensa foram amplamente reconhecidas nos *media*, bem como as suas consequências na vida dos jovens (Suleman & Carvalho, 2024). A redução do desemprego a partir de 2022 é uma indicação clara de que o comportamento do desemprego jovem é cíclico em Portugal.

O mesmo sucede com o desemprego de longa duração. Os jovens adultos são igualmente menos vulneráveis ao desemprego de longa duração que os jovens com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos. A tendência é, nos dois casos, de redução acentuada, com algum aumento em contexto de pandemia.

Um outro dado relevante quando se considera o desemprego jovem prende-se com o que podemos designar de desemprego de transição. Os dados relativos ao desemprego relacionado com a procura do primeiro emprego indicam que os jovens (16-24 anos) representam mais de 70% do total deste tipo de desemprego, com um relevante agravamento em 2021. No conjunto, o desemprego à procura do primeiro emprego atinge essencialmente os jovens (Figura 2) e a pandemia agravou a situação de transição dos jovens para o mercado de trabalho.

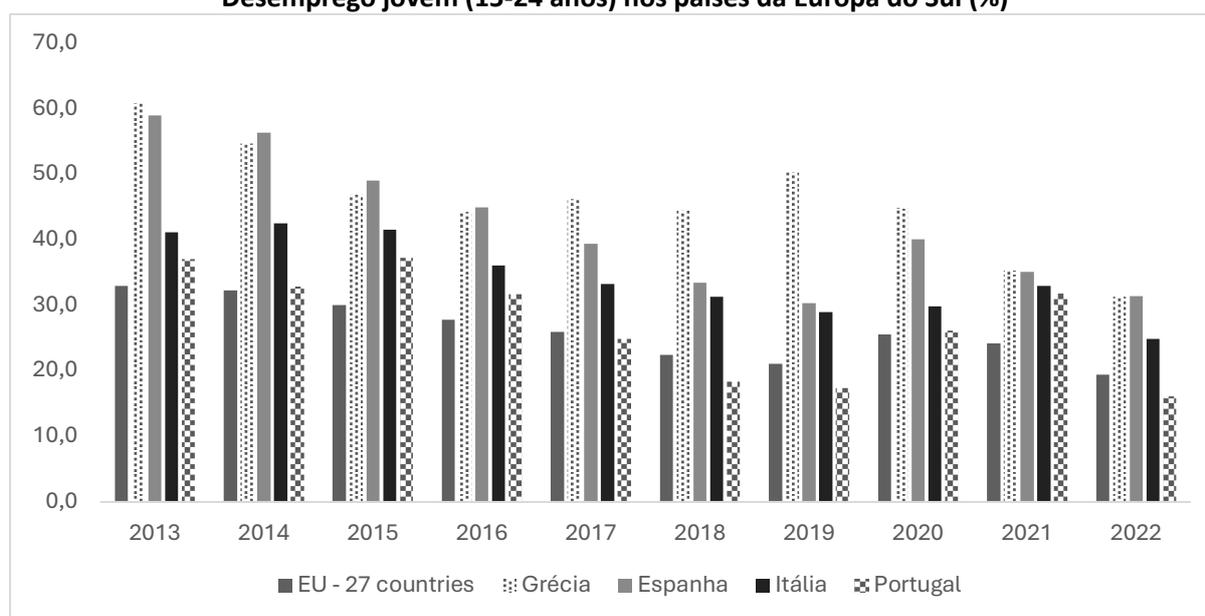
Figura 2
Desemprego à procura do 1º emprego, Portugal (%)



Fonte: INE

Comparativamente à UE27, o mercado de trabalho português tem um comportamento mais negativo, embora no contexto pandémico se denote uma aproximação no caso do desemprego de jovens adultos. Contudo, importa comparar o mercado de trabalho português com as economias capitalistas que compõem o grupo dos países da Europa do Sul. Os dados da Figura 3 indicam que as condições do mercado de trabalho são menos desfavoráveis para os jovens entre os 15 e os 24 anos em Portugal.

Figura 3
Desemprego jovem (15-24 anos) nos países da Europa do Sul (%)



Fonte: EUROSTAT

No pico da crise, os níveis de desemprego jovem atingiram 60% na Grécia e 59% em Espanha, enquanto este valor esteve abaixo dos 40% em Portugal. O contexto de pandemia aproximou os países (em 2021)³, mas as divergências tornaram-se de novo claras a partir de 2022, ano em que o mercado de trabalho português apresenta um comportamento mais positivo, inclusivamente melhor do que a média da UE27. Este comportamento do mercado de trabalho estava a consolidar-se desde 2017, tendo sido interrompido pela pandemia em 2020 e 2021.

Todavia, o desemprego afeta diferentemente distintas categorias de jovens. Os graduados do ensino superior são menos vulneráveis ao desemprego que os jovens com baixa escolaridade, mas existem diferenças muito relevantes entre os países da Europa do Sul. Os Quadros 1A e 1B apresentam esses dados e permite concluir que em Portugal o desemprego de graduados é mais baixo, mas a diferença entre níveis de escolaridade é menos acentuada. Essa diferença ronda os 8 p.p. até 2017 e

³ Os dados para a Grécia não estão disponíveis no EUROSTAT.

depois desce para 5-6 p.p., em Portugal. Esta tendência parece inverter-se a partir de 2022, com uma redução do desemprego de jovens qualificados e um aumento do desemprego de jovens menos qualificados. Em contrapartida, a diferença é muito mais acentuada em Espanha, em torno dos 20 p.p.

Quadro 1A
Desemprego de jovens graduados do ensino superior (%) UE27 e Europa do Sul

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
UE27	14,2	13,6	12,2	10,9	9,5	8,8	8,2	9,9	9,1	7,6
Grécia	43,5	40,6	38,6	35,5	35,2	30,1	25,1	29,1	27,4	19,8
Espanha	30,3	28,1	24,5	22,8	19,0	16,8	16,7	20,8	18,2	14,5
Itália	24,4	26,8	24,4	22,4	20,2	18,2	16,7	17,3	14,9	11,8
Portugal	24,7	20,8	19,5	17,6	13,4	11,5	11,2	13,1	13,4	10,3

Fonte: EUROSTAT

Quadro 1B
Desemprego de jovens com baixa escolaridade (%) UE27 e Europa do Sul

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
UE27	30,5	29,4	28,0	26,1	24,2	22,0	20,8	22,5	22,3	19,0
Grécia	51,9	46,1	45,9	43,7	38,7	41,0	41,1	33,0	39,8	35,3
Espanha	52,4	49,9	47,8	43,4	39,9	36,4	34,3	40,4	39,4	34,2
Itália	36,2	38,2	37,1	36,3	36,3	34,1	32,5	31,1	32,6	28,4
Portugal	32,8	29,5	26,1	25,5	20,5	16,8	17,2	20,8	21,7	24,4

Fonte: EUROSTAT

Contudo, a redução do desemprego em Portugal, como nos países da Europa do Sul, tem suscitado questões em torno da qualidade do emprego. Como tal, olhamos para os dados sobre o emprego jovem para verificar em que medida existe uma relação entre desemprego e qualidade do emprego em Portugal.

2.2. Emprego temporário e diferenças salariais

Os jovens enfrentam dificuldades persistentes na sua transição para o mercado de trabalho e certos contextos tendem a agravar essa situação, como a recessão económica e a pandemia da COVID-19. A criação de emprego torna-se assim crucial para reduzir o desemprego jovem, garantir oportunidades de emprego e contribuir para um melhor futuro para as gerações mais jovens. Sob o lema de “Mais e Melhores Empregos”, a Estratégia de Lisboa colocou a qualidade do emprego no centro do debate sobre emprego, incluindo-a na Agenda Social Europeia e na Estratégia Europeia de Emprego (Davoine *et al.*, 2008). Apesar destes esforços, o tema continua a merecer especial atenção porque a redução do desemprego deve-se particularmente ao acentuado crescimento dos contratos temporários no sul da Europa (Caroleo & Pastore, 2007; Piasna, 2018).

Os países da Europa do Sul foram mais afetados pela Grande Recessão de 2008 que os outros países da UE, o que contribuiu para agravar as condições desfavoráveis no mercado de trabalho para os jovens. Estes países não só partilham características institucionais e económicas, como também sofreram consequências importantes da recessão, tendo nomeadamente solicitado assistência financeira a instituições terceiras e aceitado um conjunto de condições para aceder a essa ajuda (Zamora-Kapoor & Coller, 2014). No âmbito do mercado de trabalho, foram impostas medidas de austeridade e importantes reformas da regulamentação dos mercados de trabalho em troca dessa assistência, como estratégia para reduzir a dívida pública e melhorar o desempenho do mercado de trabalho. Essas reformas foram no sentido de uma maior liberalização do mercado de trabalho, que incluíram medidas que afetaram todos os trabalhadores, incluindo os mais velhos. Piasna (2018) sublinha que as medidas de austeridade e reformas estruturais foram aplicadas com “excecional” intensidade nos países da Europa do Sul.

Habitualmente, as empresas são relutantes em oferecer emprego permanente em épocas recessivas (De Lange, Gesthuizen & Wolbers, 2014), garantindo assim reduzidos custos de despedimento. Por seu turno, De Lange e colegas acrescentam que a falta de experiência profissional, antiguidade, rede de contactos ou conhecimentos informais reduzem o interesse das empresas em contratar jovens. Contudo, a situação dos jovens foi especialmente agravada pelas reformas da legislação laboral que já vinham acontecendo ao longo do tempo, as quais foram mais intensas durante a crise, e persistiram após a crise.

Os governos dos países da Europa do Sul implementaram um conjunto variado de reformas (Bulfone & Tassirani, 2021), reforçando a desregulação e o alinhamento neoliberal que se traduziu em estratégias orientadas para o mercado por parte dos empregadores e do Estado (Rodríguez & Lucio, 2023). Essas reformas afetaram especialmente os jovens e criaram um mercado de trabalho dual na Grécia (Gouglas, 2013), Itália (Barbieri *et al.*, 2019), Portugal (Centeno & Novo, 2013) e Espanha (Polavieja, 2003). Em suma, a já forte divisão entre *insiders* e *outsiders* foi exacerbada pelas reformas da desregulação do mercado de trabalho, que aumentaram a vulnerabilidade dos jovens (Serracant, 2015), mas com impactos limitados no desemprego.

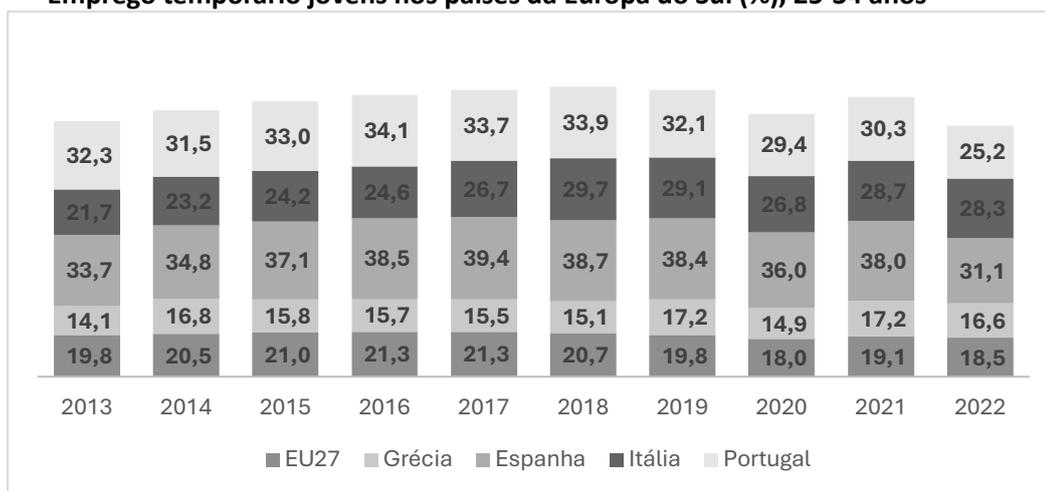
Os dados apresentados nas Figuras 4A e 4B ilustram uma divisão entre Grécia, por um lado, e os outros três países da Europa do Sul, por outro. Em Espanha e Portugal, mais de 2/3 dos jovens com idade compreendida entre os 15 e 24 anos têm um emprego de duração limitada, enquanto em Itália há oscilações que não escondem, contudo, a vulnerabilidade dos jovens. Além disso, os jovens adultos (25-34) enfrentam igualmente uma forte precariedade no mercado de trabalho. Em Espanha quase 40% e mais de 30% de jovens adultos tinham um contrato temporário até 2021.

Figura 4A
Emprego temporário jovens nos países da Europa do Sul (%), 15-24 anos



Fonte: EUROSTAT

Figura 4B
Emprego temporário jovens nos países da Europa do Sul (%), 25-34 anos



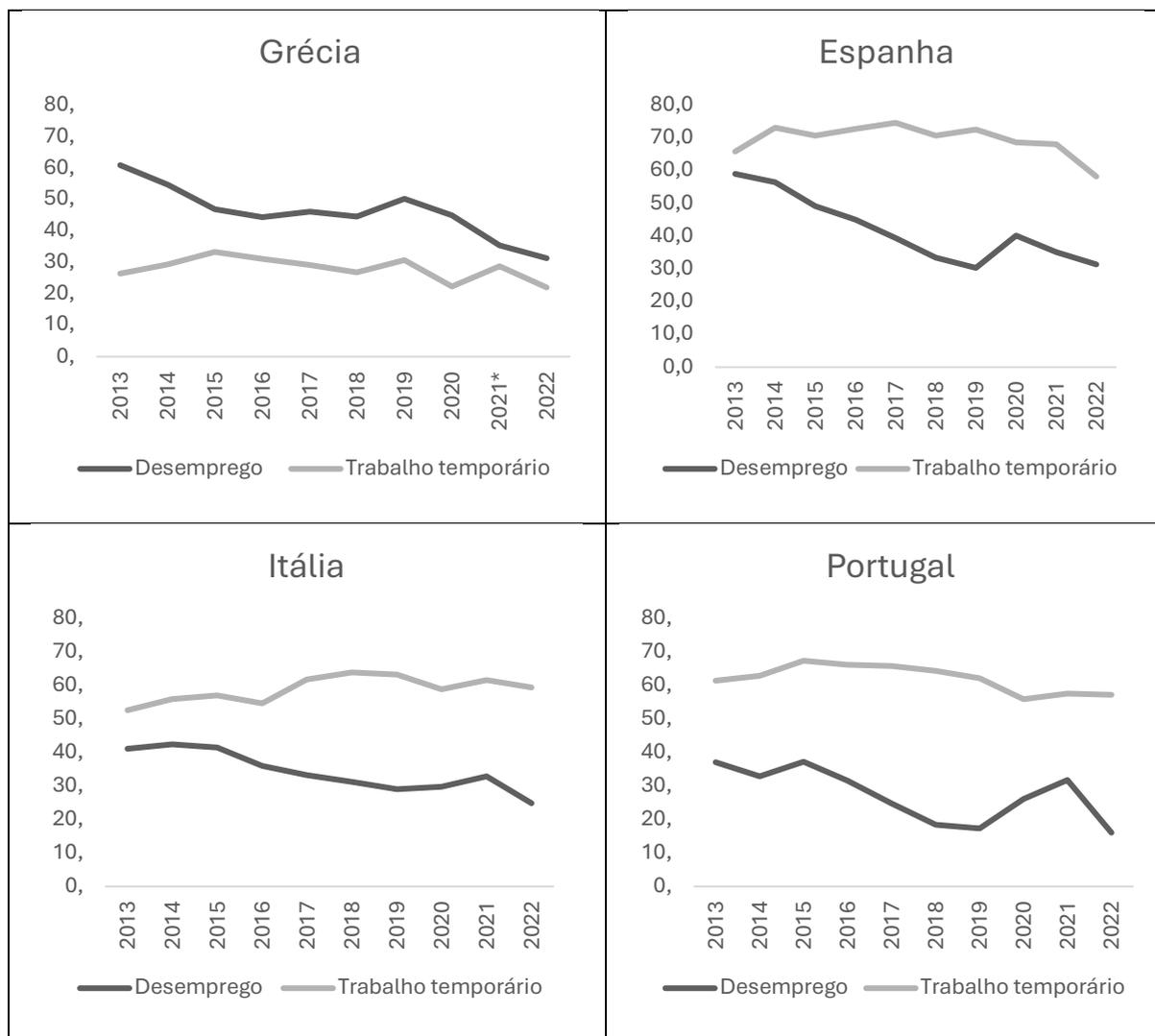
Fonte: EUROSTAT

Denota-se, ainda assim, uma redução da percentagem de jovens com emprego temporário durante a pandemia da COVID-19 (2020 e 2021) que merece devida atenção. Julgamos que essa redução em torno dos 5 p.p., no caso dos mais jovens, nos países da Europa do Sul, exceto na Grécia, poderá estar associada ao despedimento mais fácil do que uma inversão no sentido de uma maior qualidade do emprego de jovens. Do seu lado, mais de um terço de jovens adultos estão envolvidos em trabalho temporário e essa situação continua a ser mais intensa em Portugal e em Espanha.

A tendência aponta no sentido do crescimento de emprego temporário e de redução do desemprego, corroborando a tese de que existe uma arbitragem entre desemprego jovem e qualidade do seu emprego. Aliás, 8% a 10% dos jovens com idade entre 15 e 24 anos tem um contrato temporário

porque não consegue encontrar emprego estável, segundo dados do EUROSTAT para 2021 e 2022. A situação na Grécia tende a diminuir a validação dessa tese, uma vez que um desemprego alto não envolve, com a mesma intensidade, o recurso ao trabalho temporário.

Figura 5 - Desemprego e trabalho temporário (jovens 15-24), nos países da Europa do Sul (%)



Fonte: EUROSTAT; *informação para a Grécia em 2021 não disponível no EUROSTAT, recolhida no Worldbank:

<https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.1524.ZS?locations=GR>

O mercado de trabalho grego suscita, por isso, algumas questões que merecem a devida atenção. Certos estudos revelam que o trabalho informal é uma característica persistente deste mercado (Kretsos, 2014) e é mais relevante do que noutros países da Europa do Sul (Hazans, 2011). Os dados de 2008 e 2009 indicam que 46,7% dos trabalhadores encontravam-se em emprego informal na Grécia, o qual incluía o trabalho dependente, independente e familiar. Os outros países têm uma presença menos intensa de trabalho informal (Espanha: 18,8%; Itália e Portugal: 22,4%). Em todos os países, o auto-emprego informal é o mais significativo (Hazans, 2011).

Os dados sobre os salários auferidos são escassos, mas permitem comparar os países em termos do salário médio auferido pelos jovens com menos de 30 anos, bem como a diferença salarial relativamente aos adultos. Os dados apresentados no Quadro 2 mostram claramente uma divisão entre os países da Europa do Sul, que opõe Portugal e Grécia com baixos salários, Espanha com salários mais altos, mas abaixo da média europeia, e Itália que ultrapassa a média europeia em 2018.

Quadro 2
Salário médio dos jovens <30 anos nos países da Europa do Sul do Sul (€)

	2014	2018
EU27	1 764,6	1 634
Grécia	864	757
Espanha	1 273	1 556
Itália	1 675	1 919
Portugal	775	939

Fonte: EUROSTAT

Além dos baixos salários, as diferenças salariais entre jovens e adultos são bastante acentuadas na Grécia e em Portugal (Quadro 3). Os jovens auferiam perto de metade dos salários dos adultos na Grécia em 2014, enquanto em Portugal os jovens auferem menos 40,8%. Houve um declínio do *gap* salarial em 2018, mas permaneceu, todavia, elevado.

Quadro 3
Diferenças salariais entre jovens 15-24 anos e adultos 25-54 anos

	2014	2018
Grécia	48,9	43,6
Espanha	34,2	34,7
Itália	23,7	25,4
Portugal	40,8	34,7

Fonte: OCDE

A crise económica veio assim agravar as características estruturais dos mercados de trabalho no sul da Europa e, conseqüentemente, reforçar a desigualdade social e económica entre os jovens e entre estes e os adultos. Enquanto em certos países a instabilidade e a insegurança do emprego se traduzem em contratos temporários, noutros, em especial na Grécia, é o emprego informal que parece contribuir para essa situação. A insegurança tem certamente conseqüências na vida pessoal e profissional dos jovens e pode eventualmente conduzir à exclusão social. As condições do mercado de

trabalho são, por isso, um desafio central para os poderes políticos e para a sociedade em geral, pois deixam efeitos profundos e duradouros. Há, por isso, receios de que a recessão tenha criado um contexto favorável para que os jovens sejam excluídos dos benefícios da recuperação económica. Acresce ainda que é prematuro avaliar os impactos da pandemia da COVID-19, embora haja já sinais de recuperação do emprego e com forte presença de contratos temporários.

3. Proteção social: os “outsiders” do sistema e o risco de pobreza

Os riscos que os jovens enfrentam no mercado de trabalho descritos nas secções anteriores suscitam preocupações relativamente à (des)proteção em situações de desemprego, curtas ou longas, bem como o acesso a pensões de reforma na velhice tendo por base carreiras irregulares. Bonoli (2005) considera os jovens um novo grupo de risco social que inclui não apenas o desemprego, mas igualmente cobertura insuficiente da segurança social, pobreza no trabalho, dificuldade em conciliar trabalho e família e outros. Embora a proteção social esteja no cerne da política social europeia, os jovens tendem a permanecer fora do sistema devido às condições de elegibilidade e ao direito às prestações (Ghailani et al., 2021). Estas situações colocam os jovens face a riscos potenciais de desvantagem cumulativa e, em última instância, face ao risco de pobreza e de privação material, bem como de exclusão social. Esses riscos podem comprometer a sua vida pessoal e profissional no longo prazo.

3.1. Dualidade do sistema de proteção

O sistema de segurança social assenta em carreiras contributivas e as trajetórias profissionais dos jovens reduzem a probabilidade de acesso à proteção social em situações de desemprego, o que pode também comprometer a proteção na reforma. Assim, os jovens têm acesso a reduzidos direitos sociais comparativamente aos adultos (Furlong & Cartmel, 2006) ou *outsiders*, como outras categorias vulneráveis nomeadamente imigrantes, mulheres e trabalhadores pouco qualificados (Emmenegger et al., 2012). A dualidade do sistema, ao qual acresce a vulnerabilidade no mercado de trabalho, afetam a perceção dos jovens relativamente ao sistema de segurança social.

De acordo com o estudo de Ghailani et al. (2021), existe uma diversidade de situações relativamente às condições de elegibilidade e a duração do acesso aos benefícios sociais no desemprego. Certos países têm um acesso muito restritivo à proteção social no desemprego, tendo os jovens menos probabilidade de aceder a essa proteção (Cinalli & Giugni, 2013). Essas restrições decorrem da definição da idade mínima de acesso; do estatuto no mercado de trabalho (e.g. aprendizes, auto-emprego); da história contributiva, incluindo um tempo mínimo de contribuição ou

tempo de trabalho; do prazo inicial para aceder aos benefícios; do cálculo da prestação; e duração da concessão (Ghailani et al., 2021).

Os países da Europa do Sul diferenciam-se em algumas dimensões citadas, como indicam os dados reportados no estudo de Ghailani et al. (2021): embora todos considerem um período mínimo de contribuições, esse período varia entre países; Espanha e Portugal estabelecem ainda uma idade mínima para se ter acesso ao subsídio de desemprego; o sistema português admite a concessão deste benefício a trabalhadores por conta própria, bem como o subsídio de desemprego a tempo parcial. Contudo, a duração do acesso à proteção social no desemprego é condicionada pela idade e, conseqüentemente, os jovens são os mais penalizados. Estes exemplos indicam que a inclusão dos *outsiders* na proteção social está ainda longe de ser concretizada, especialmente quando o acesso impõe limites de idade e o montante e duração do apoio dependem igualmente da idade.

Não surpreende assim o apelo inscrito no Parecer do Comité Económico e Social Europeu (McLoughlin, 2022) para um tratamento igual entre jovens e adultos relativamente à proteção social no desemprego, bem como de prestações de assistência social. É também compreensível que os jovens tenham uma perceção mais negativa dos sistemas de pensões, sobretudo num contexto em que as pensões de velhice dependem de uma carreira contributiva. Tendo em atenção todas as dificuldades, é indiscutível que os jovens corram o risco de efetuar menores contribuições ao longo da vida ativa e, conseqüentemente, venham a ter pensões de velhice mais baixas no futuro. Esta situação é ainda agravada pelo facto de os jovens estarem menos disponíveis ou terem menor disponibilidade financeira para realizar poupanças (Foster et al., 2019). A perceção negativa é igualmente afetada pelo sentimento de abandono por parte do sistema de proteção social em situações de maior necessidade, como é o caso de desemprego (ILO, 2021). Quer isto dizer que a falta de apoio num determinado momento em que uma prestação social seja bastante necessária tende a gerar uma perceção social mais pessimista sobre o funcionamento dos sistemas de segurança social.

Quadro 4
Apoio Social para os Jovens <25 anos (%)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Subsídio de desemprego	3,4	3,6	4,2	4,2	3,9	4,4	4,7	6,5	3,8	3,9
Subsídio social de desemprego	8,5	9,1	9,2	9,2	9,1	9,2	9,6	11,4	9,2	11,1
Rendimento mínimo garantido	46	44,6	43,1	41,9	41,6	41,2	41,2	41,2	41,4	41,4

Fonte: IGGFSS/MTSS

Os jovens têm, de facto, uma probabilidade muito reduzida de acesso à prestação social no desemprego em Portugal, a qual é nula para jovens até 20 anos e não chega a 12% para os jovens com

idade até 34 anos⁴. O Quadro 4 apresenta dados para jovens até 25 anos⁵. Como se pode aferir, menos de 5% de jovens têm acesso ao subsídio de desemprego, valor que se alterou apenas na época da pandemia, voltando de novo a cair nos anos seguintes. Denota-se, contudo, alguma generosidade no que respeita a outros apoios, em que existe também um crescimento de jovens a receber o subsídio social de desemprego, o qual está associado ao baixo rendimento familiar.

Conclui-se assim que os jovens tendem a enfrentar níveis mais altos de desemprego, mas uma baixa ou nula proteção no desemprego. Uma vez que o objetivo maior da proteção no desemprego é reduzir o risco de pobreza associado à falta de rendimentos do trabalho, não nos deve surpreender que os jovens estejam mais vulneráveis a esse risco.

3.2. A pobreza entre jovens

O desemprego e a qualidade do emprego tendem a ter impactos muito relevantes para os jovens. É de notar que mais de 40% de indivíduos que recebem o rendimento mínimo garantido, i.e., o apoio que visa o combate à pobreza, são jovens (Quadro 4). Este valor ilustra a dimensão da pobreza entre os jovens, a qual não pode ser dissociada das condições desfavoráveis que certos segmentos de jovens tendem a enfrentar no mercado de trabalho. A exposição à pobreza, a par da falta de proteção social no desemprego, bem como as dificuldades no mercado de trabalho, arrastam consigo consequências socioeconómicas muito sérias.

Todavia, as dificuldades não se limitam à ausência de proteção no desemprego, mas decorrem igualmente das condições de emprego. Peña-Casas *et al.* (2019) indicam que o risco de pobreza é quatro vezes mais elevado para os trabalhadores por conta própria do que para os empregados em Portugal. Acresce ainda o efeito do trabalho a tempo parcial e do agregado familiar com média ou fraca intensidade de trabalho.

A designação de pobreza no trabalho (*in-work poverty*) revela a combinação entre trabalho e pobreza, mas a sua definição envolve ainda muita discussão (Liu, 2022). Todavia, os estudos disponíveis procuram alertar para a existência de situações de pobreza entre indivíduos ou famílias que trabalham, mas continuam a lidar com dificuldades em cobrir as suas despesas e, como tal, não conseguem escapar à pobreza. Por isso, a pobreza no trabalho está associada a conceitos como trabalhador pobre, que é um indivíduo que vive sozinho, sem filhos, com trabalho a tempo inteiro, cujo salário é muito baixo, o que o impede de sair do limiar de pobreza (Halleröd, Ekbrand & Bengtsson, 2015). Esses indivíduos são, segundo os autores, essencialmente os que se encontram em auto-emprego e aqueles

⁴ Dados disponíveis no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do Ministério do Trabalho e Segurança Social.

⁵ Os dados do Rendimento Mínimo Garantido distinguem jovens com idade inferior a 25 anos, enquanto os relativos às prestações sociais no desemprego são mais desagregados em termos de grupos etários.

cujas trajetórias no mercado de trabalho são marcadas por entradas e saídas do emprego. Ratti e colegas (2022) sublinham que os trabalhadores temporários e a tempo parcial estão mais expostos ao risco de pobreza no trabalho, comparativamente aos trabalhadores com contratos estáveis e emprego a tempo inteiro. Quer isto dizer que os riscos de pobreza no trabalho decorrem de baixos salários, os quais não permitem assegurar as necessidades essenciais do indivíduo ou família, bem como de trajetórias precárias que colocam os indivíduos face a uma insegurança do emprego e, conseqüentemente, de rendimentos.

Quadro 5
% de Jovens com risco de pobreza no trabalho (16-29 anos)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EU27	9,8	11,1	10,8	11,0	10,5	10,4	9,8	9,8	9,7	8,8
Grécia	14,6	11,2	11,4	13,7	14,3	9,3	9,0	9,2	8,5	8,7
Espanha	9,9	16,2	15,8	15,1	20,0	16,3	16,7	10,9	13,0	10,4
Itália	11,5	12,2	12,6	12,0	12,4	13,1	12,0	11,4	13,1	9,1
Portugal	8,8	9,6	10,0	10,0	9,5	9,2	10,2	6,6	8,7	12,1

Fonte: EUROSTAT

Os dados indicam que Portugal está mais bem posicionado no contexto dos países da Europa do Sul, revelando uma menor proporção de jovens com risco de pobreza no trabalho, enquanto Espanha revela um padrão persistente durante 6 anos consecutivos (Quadro 5). Todavia, esta tendência está a inverter-se, sendo o ano de 2022 aquele que coloca Portugal acima de todos os países, com 12,1% de jovens em risco de pobreza no trabalho, quase em contraciclo com outros países que mostram uma tendência decrescente (Itália e Espanha) ou praticamente estável (Grécia).

Em suma, sistemas dualizados de proteção social tendem a considerar os jovens *outsiders* e a agravar a sua vulnerabilidade e bem-estar, mesmo para os que estão empregados. As conseqüências são, de facto, multifacetadas e revelam uma vulnerabilidade persistente dos jovens (Gebel *et al.*, 2021). Além do risco de pobreza, há outras conseqüências que importa analisar. Compreende-se assim que seja necessário que as condições de elegibilidade sejam mais inclusivas e abranjam situações diversas no mercado de trabalho.

4. Rede familiar: vulnerabilidade persistente

A ausência de proteção social em situações difíceis no mercado de trabalho pode colocar os jovens numa dependência total do apoio familiar. Chevalier (2016) refere-se a dois tipos de cidadania de jovens: cidadania familiarizada, a que considera a juventude como um prolongamento da infância (até os 25 anos), e cidadania individualizada em que se considera os jovens como adultos logo desde o fim

da educação obrigatória (16 anos) ou quando atingem a maioridade (18 anos). No primeiro tipo, a família tem a responsabilidade de garantir proteção e apoio, enquanto no regime individualizado o limite de idade para aceder às prestações é, conseqüentemente mais baixo (<20 anos).

Há assim um conjunto de conseqüências socioeconómicas da insegurança e da exclusão social que apontam para falta de rendimentos; instabilidade na vida; falta de vida social; dificuldade em constituir ou manter a família; desenvolver ou manter amizades; participar em atividades na sociedade; praticar atividades recreativas nos tempos livres; manutenção de um modo de vida saudável; entre outras (Figgou *et al.*, 2021). Os estudos apontam ainda para diversos problemas de saúde associados a dificuldades no mercado de trabalho (László *et al.*, 2010).

4.1. Conseqüências socioeconómicas da insegurança do emprego: dependência familiar

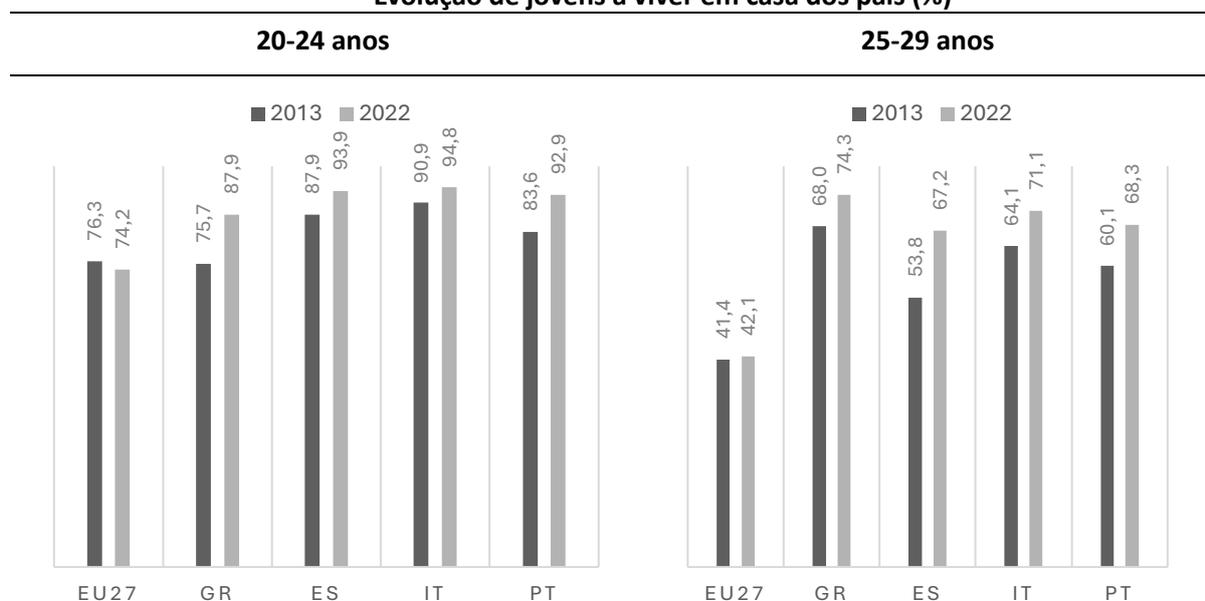
As situações descritas provocam instabilidade financeira e limitam as oportunidades para uma vida autónoma e independente para muitos jovens. Goglio & Bertolini (2021) sublinham que a situação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o acesso a um rendimento do trabalho são fatores importantes para a decisão de abandonar a casa dos pais e transitar para uma vida adulta. Acrescentam ainda que essa autonomia, a da saída da casa de origem, pressupõe uma redução de apoio material, bem como emocional, da família de origem, o que torna as conseqüências de perda de emprego muito mais graves. Assim, os jovens desempregados ou os inativos tendem a manter-se na casa dos pais devido à falta de rendimentos com que possam suportar essa autonomia de habitação.

Minguéz (2016) mostra que a saída da casa dos pais é tardia para os jovens da Europa do Sul e Eslovénia, que acontece por volta dos 30 anos e a mais a idade mais alta da Europa. De acordo com o autor, diversos fatores contribuem para explicar o abandono tardio da casa de origem, designadamente o regime de transição, o elevado desemprego jovem, os baixos salários, a falta de políticas de capacitação dos jovens adultos e a importância da dependência familiar. Recorde-se que o modelo de bem-estar nos países da Europa do Sul é em parte suportado na família, baseado em fortes laços de solidariedade e de uma cultura de apoio intergeracional.

Os dados apresentados na Figura 6 ilustram claramente a dependência familiar, bastante elevada nos países da Europa do Sul, comparativamente à média europeia dos 27 Estados membros. No final da crise, a Grécia situava-se abaixo da média europeia, mas a seguir revela um forte crescimento. Em 2022, cerca de 90% ou mais de jovens com idade entre os 20 e os 24 anos residiam na casa dos pais em Espanha, Itália e Portugal. Os dados relativos aos jovens adultos (25-29 anos) são igualmente impressionantes, com tendência crescente, atingindo cerca de 70% deste grupo etário. Estes dados são reveladores das crescentes dificuldades para se alcançar a autonomia e da relevância

da solidariedade parental. Essa solidariedade representa uma característica estrutural das economias capitalistas da Europa do Sul, enquanto a proteção social deixa os jovens fora do sistema público de bem-estar (Gallie & Paugam, 2000). Segundo Chevalier (2016), os jovens são considerados institucionalmente crianças, que devem ser protegidos e apoiados pelos pais neste tipo de sistema.

Figura 6
Evolução de jovens a viver em casa dos pais (%)



Fonte: EUROSTAT

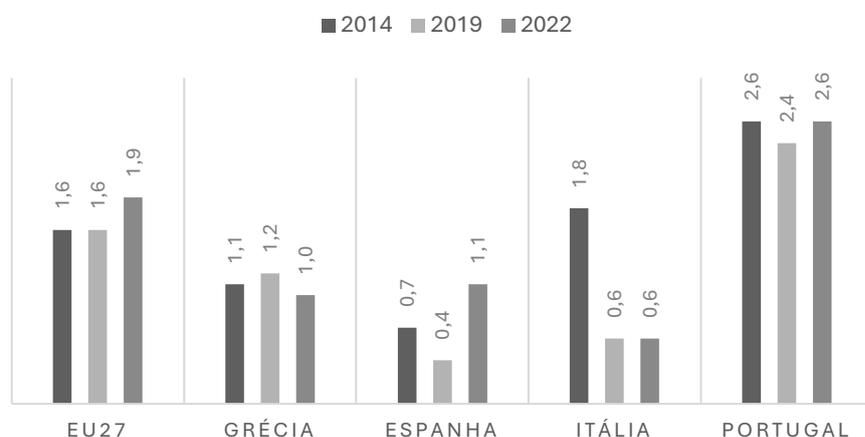
4.2. Dificuldades no mercado de trabalho e bem-estar

Em geral, a insegurança do emprego tem impactos relevantes na saúde, designadamente problemas psicossomáticos, cardíacos, obesidade, mentais, entre outros (László *et al.*, 2010). Esta relação entre insegurança e problemas de saúde é transversal à população, ou seja, não há diferenças relevantes entre grupos etários. Contudo, Vancea & Utzet (2017) sublinham que os jovens com dificuldades no mercado de trabalho, desempregados ou em empregos inseguros, são também vulneráveis às doenças e outros problemas que afetam o seu bem-estar presente e futuro. Ou seja, os jovens, principalmente os jovens adultos, tendem a ter problemas de saúde mental e fraca qualidade de vida. Os jovens que experienciam uma situação de desemprego no início da sua carreira estão igualmente mais expostos a doenças incapacitantes, enquanto os que enfrentam insegurança de emprego tendem a ter mais riscos de acidentes de trabalho, perturbações da saúde mental e física.

Através do inquérito sobre as condições de vida, a UE recolhe informação sobre a perceção dos jovens relativamente ao seu estado de saúde (Figura 7). Portugal distancia-se dos outros países da Europa do Sul, indicando que a perceção negativa dos jovens relativamente ao seu estado de saúde é

muito superior. Esta tendência mantém-se ao longo do tempo, ou seja, em fase de expansão e consolidação do crescimento da economia, persiste uma percepção bastante negativa.

Figura 7
% Jovens 16-29 reportam percepção negativa ou muito negativa da saúde



Fonte: EUROSTAT

Acresce ainda que Portugal é o país onde a percentagem de jovens com baixos rendimentos que reportam problemas prolongados de saúde é a mais elevada (Quadro 6). A tendência permanece ao longo dos anos estudados, mas com forte agravamento durante a pandemia da COVID-19. Como se pode verificar, em 2021 quase 1/3 dos jovens com baixos rendimentos reportam problemas de saúde de longa duração. Espanha segue o mesmo padrão no mesmo período, mas a intensidade é mais reduzida, afetando cerca de 20% dos jovens em 2020 e 2022.

Quadro 6
% de Jovens com uma doença ou problema de saúde de longa duração com baixos rendimentos (16-29; quintil 1)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EU27	17,7	19,2	18,4	21,0	19,3	19,4	:	:	21,4
Grécia	2,8	5,7	3,4	4,5	3,7	4,5	5,1	:	:
Espanha	10,1	10,6	12,5	9,0	12,5	10,1	19,9	15,7	19,4
Itália	6,4	5,1	3,9	1,9	3,2	:	3,5	3,7	3,7
Portugal	18,3	21,2	18,4	19,7	22,1	20,9	21,8	28,3	22,5

Fonte: EUROSTAT

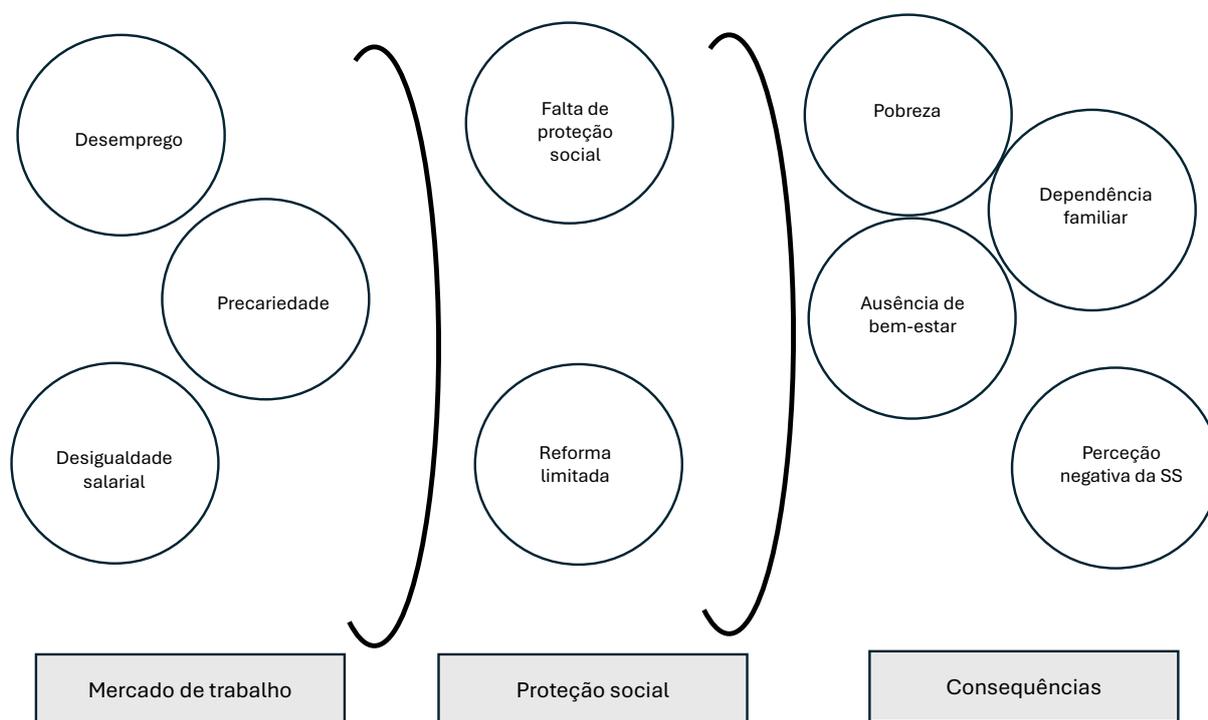
A análise efetuada ilustra potenciais consequências das dificuldades que os jovens enfrentam no mercado de trabalho. A proporção de jovens com baixos rendimentos que reporta problemas de

saúde prolongados não deixa dúvidas de que os baixos salários podem afetar o bem-estar. Esta realidade é mais forte em Portugal do que noutros países da Europa do Sul.

Em suma, os jovens enfrentam desvantagens cumulativas que podem afetar o seu presente e futuro. A Figura 8 sistematiza essas desvantagens e indica a forma como as dificuldades no mercado de trabalho afetam todas as outras dimensões da vida pessoal e profissional, a curto e longo prazos.

Figura 8

A vulnerabilidade e as consequências: Uma vida comprometida



Conclusão

A Grande Recessão teve claramente impactos muito negativos no emprego jovem e quase todos os países do mundo enfrentaram problemas com o desemprego jovem. Todavia, em alguns países o fenómeno foi muito mais severo, atingindo perto de 60% de jovens com idade entre 15 e 24 anos, como foi o caso de Espanha. O mercado de trabalho português teve um desempenho menos negativo, e a recuperação económica que se seguiu, a partir de 2014, contribuiu para essa descida, que acontece também nos outros países da Europa do Sul. A grande questão tornou-se assim outra. Se o desemprego baixou, como ficou a qualidade do emprego? Estudos anteriores tinham já apontado para uma recuperação baseada na flexibilidade do mercado de trabalho (Piasna, 2018).

Os dados mostraram o forte recurso ao trabalho temporário que caracteriza o emprego em Portugal, bem como em Espanha. Se a diferença relativamente ao nível do desemprego era muito acentuada entre estes dois países, a proporção de jovens com contrato temporário aproxima-os claramente, atingindo mais de 60% de jovens (15-24 anos). Acresce ainda que Itália tendeu também a aproximar-se e a flexibilidade do mercado de trabalho acentuou-se na fase de recuperação. Não surpreende por isso que as potenciais consequências da precariedade se tivessem reforçado neste período.

A par da precariedade existem ainda acentuadas desigualdades salariais. Os jovens auferem, em média, salários mais baixos, sendo a distância relativamente à média europeia muito mais elevada no caso de Portugal e da Grécia. A diferença salarial entre jovens e adultos segue o mesmo padrão, revelando que os jovens ganham entre 34% e 49% menos que os adultos nestes países. Assim se compreende o apelo dos sindicatos europeus para uma maior igualdade salarial entre gerações de trabalhadores que exercem o mesmo tipo de atividades, pois estas tendem a ter impactos na vida pessoal e profissional dos jovens⁶.

Paralelamente, o Comité Económico e Social Europeu apela para a igualdade no acesso na proteção social, designadamente regras similares de acesso às prestações de desemprego e às prestações de assistência social (McLoughlin, 2022). A análise efetuada revela claramente uma dualização do sistema, especialmente baseada na idade. Os critérios de elegibilidade são desvantajosos para os jovens e é necessário que existam políticas europeias que possam garantir uma cidadania social de pleno direito. Neste sentido, reconhece-se a relevância da Estratégia da UE para a Juventude e o enfoque numa abordagem integrada das necessidades e direitos dos jovens em todos os domínios de intervenção. O limitado acesso à proteção social assume os jovens como outsiders do sistema, que enfrentam desvantagens cumulativas e representam o novo grupo de risco social.

A ausência de respostas para os problemas dos jovens tem consequências multidimensionais, como vimos nas secções anteriores. Uma dessas consequências prende-se com a autonomia e independência dos jovens. Os dados revelam que a percentagem de jovens entre os 20 e os 24 anos a viver em casa dos pais é muito elevada e tem vindo a agravar-se na fase de recuperação da economia, com um maior crescimento no período marcado pela pandemia da COVID-19. Mais de 93% de jovens viviam com os pais em 2022, em Portugal, Itália e Espanha. Estas consequências, que são invisíveis para a sociedade, revelam potenciais constrangimentos financeiros associados aos empregos precários e baixos salários que caracterizam o emprego de muitos jovens, bem como um esforço financeiro a suportar pelas famílias. Informam ainda sobre os custos de habitação e de vida que obrigam os jovens a adiar a sua vida independente, com os impactos que essa decisão tem para os

⁶ <https://www.etuc.org/en/young-people-and-youth-pay-gap>

próprios e para a sociedade. Assim, os decisores políticos precisam de encontrar políticas e programas que capacitem os jovens na passagem à vida adulta e independente. Para tal, é crucial atuar através de políticas no mercado de trabalho que garantam trabalho digno, com perspetivas de crescimento e estabilidade de emprego e rendimento, assim como políticas que facilitem o acesso mais acessível à habitação.

A par dos impactos na independência, parece existir uma influência das condições do mercado de trabalho no bem-estar dos jovens. Os dados revelaram que os jovens em Portugal têm maior probabilidade de ter uma perceção negativa do seu estado de saúde e de terem problemas de saúde mais prolongados do que os jovens dos outros países da Europa do Sul analisados neste estudo. É de notar ainda que, em 2022, Portugal apresentou a maior proporção de jovens com risco de pobreza no trabalho. Podemos admitir que um mercado de trabalho marcado pela insegurança e precariedade tende a provocar consequências a vários níveis da vida pessoal e profissional dos jovens. A pobreza no trabalho envolve, por isso, ter em atenção o desemprego jovem, que é habitualmente mais elevado do que o desemprego de adultos, mas também assegurar a qualidade dos empregos e os níveis salariais que permitem aos jovens ter uma vida com alguma qualidade. Estas dificuldades, que são cumulativas, podem afetar de forma duradoura o bem-estar geral dos jovens quer na fase da sua transição para a vida adulta, quer no futuro.

Referências bibliográficas

- Barbieri, Paolo, Giorgio Cutuli, Ruud Luijkx, Gabriele Mari, and Stefani Scherer. "Substitution, entrapment, and inefficiency? Cohort inequalities in a two-tier labour market." *Socio-Economic Review* 17, no. 2 (2019): 409-431.
- Bonoli, Giuliano. "The politics of the new social policies: providing coverage against new social risks in mature welfare states." *Policy & politics* 33, no. 3 (2005): 431-449.
- Bulfone, Fabio, and Arianna Tassinari. "Under pressure. Economic constraints, electoral politics and labour market reforms in Southern Europe in the decade of the Great Recession." *European journal of political research* 60, no. 3 (2021): 509-538.
- Caroleo, Floro Ernesto, and Francesco Pastore. "A Note on Youth Unemployment in The Eu." *Annals of the University of Petrosani Economics* 7 (2007).
- Centeno, Mário., and Álvaro Novo. 2013. "Segmenting wages." *Banco de Portugal, Economic Bulletin*, Winter, 51–60.
- Chevalier, Tom. "Varieties of youth welfare citizenship: Towards a two-dimension typology." *Journal of European Social Policy* 26, no. 1 (2016): 3-19.

- Cinalli, M., & Giugni, M. (2013). New challenges for the welfare state: The emergence of youth unemployment regimes in Europe?. *International Journal of Social Welfare*, 22(3), 290-299.
- Davoine, L., Erhel, C., & Guergoat-Larivière, M. (2008). A taxonomy of European labour markets using quality indicators.
- De Lange, Marloes, Maurice Gesthuizen, and Maarten HJ Wolbers. "Youth labour market integration across Europe: The impact of cyclical, structural, and institutional characteristics." *European Societies* 16, no. 2 (2014): 194-212.
- Diogo, Fernando. "Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI." In *Forum Sociológico. Série II*, no. 20, pp. 29-38. CESNOVA, 2010.
- Emmenegger, P., Häusermann, S., Palier, B. and Seeleib-Kaiser, M. (eds) (2012) *The Age of Dualization: The Changing Face of Inequality in Deindustrializing Societies*. Oxford: Oxford University Press.
- Figgou, Lia, Martina Sourvinou, Christina Athanasiades, Valentina Moiso, and Rosy Musumeci. "Unemployment and job precariousness: material and social consequences for Greek and Italian youth." In *Social Exclusion of Youth in Europe*, pp. 315-339. Policy Press, 2021.
- Foster, Liam; Heneghan, Martin; e Wijeratne (2019). 'Women millennials' perceptions of pension savings through the use of autoenrollment in the UK pension system'. *Journal of Women & Aging*, 31(4): 340-360.
- Furlong, Andy, and Fred Cartmel. *Young people and social change*. McGraw-Hill Education (UK), 2006.
- Furlong, A., J. Goodwin, H. O'Connor, S. Hadfield, S. Hall, K. Lowden, and R. Plugor. 2018. *Young people in the labour market: Past, present, future*. Routledge.
- Gallie, D., & Paugam, S. (2000). The experience of unemployment in Europe: The debate. *Age*, 15(24), 12-9.
- Gangl, Markus. "Changing labour markets and early career outcomes: labour market entry in Europe over the past decade." *Work, employment and society* 16, no. 1 (2002): 67-90.
- Gebel, M., Unt, M., Bertolini, S., Deliyanni-Kouimtzi, V., & Hofäcker, D. (2021). Introduction: Youth transitions in times of labour market insecurity. In Unt, M., Gebel, M., Bertolini, S., Deliyanni-Kouimtzi, V., & Hofäcker, D. (2021). *Social exclusion of youth in Europe: The multifaceted consequences of labour market insecurity*. Policy press (pp. 1-28).
- Ghailani, Dalila, Ramón Peña-Casas, Stéphanie Coster, and Pietro Regazzoni. *Access to Social Protection for Young People: An Analysis of Policies in 35 Countries*. Publications Office of the European Union, 2022.
- Goglio, V., & Bertolini, S. (2021). Housing autonomy of youth in Europe: do labour and housing policies matter?. In Unt, M., Gebel, M., Bertolini, S., Deliyanni-Kouimtzi, V., & Hofäcker, D. (2021). *Social*

- exclusion of youth in Europe: The multifaceted consequences of labour market insecurity. Policy press, 166-191.
- Gouglas, Athanassios. "The young precariat in Greece: What happened to "Generation 700 Euros"?" (2013).
- Halleröd, Björn, Hans Ekbrand, and Mattias Bengtsson. "In-work poverty and labour market trajectories: Poverty risks among the working population in 22 European countries." *Journal of European Social Policy* 25, no. 5 (2015): 473-488.
- Hazans, M. "Informal workers across Europe: evidence from 30 countries. IZA Discussion Papers No 5871." Institute for the Study of Labor (IZA) (2011).
- ILO (2021). 'Social Security Perception of the Youth in Pandemics'. Research Brief.
- Kahn, Lisa B. "The long-term labor market consequences of graduating from college in a bad economy." *Labour economics* 17, no. 2 (2010): 303-316.
- Kretsos, Lefteris. "Youth policy in austerity Europe: The case of Greece." *International journal of adolescence and youth* 19, no. sup1 (2014): 35-47.
- László, K. D., Pikhart, H., Kopp, M. S., Bobak, M., Pajak, A., Malyutina, S., ... & Marmot, M. (2010). Job insecurity and health: A study of 16 European countries. *Social science & medicine*, 70(6), 867-874.
- Lauri, T., & Unt, M. (2021). Multiple routes to youth well-being: a qualitative comparative analysis of buffers to the negative consequences of unemployment. In Unt, M., Gebel, M., Bertolini, S., Deliyanni-Kouimtzi, V., & Hofäcker, D. (2021). *Social exclusion of youth in Europe: The multifaceted consequences of labour market insecurity*. Policy press, 81-111.
- Liu, Jinghong. "Rethinking the defining contextualization of in-work poverty: the challenge of individualism and globalization." *The Journal of Chinese Sociology* 9, no. 1 (2022): 1.
- Marques, Paulo, and Felix Hörisch. "Understanding massive youth unemployment during the EU sovereign debt crisis: a configurational study." *Comparative European Politics* 18 (2020): 233-255.
- McLoughlin, M. (2022). Igualdade de tratamento dos jovens no mercado de trabalho. Parecer do Comité Económico e Social Europeu. <https://www.eesc.europa.eu/en/news-media/press-releases/discriminated-against-solely-based-their-age-young-people-should-have-same-rights-labour-market>
- Mínguez, Almudena Moreno. "Late leaving of the parental home in Southern Europe: Lessons for youth policy." *comparative sociology* 15, no. 4 (2016): 485-507.
- OECD (2024), Unemployment rate by age group (indicator). doi: 10.1787/997c8750-en (Accessed on 05 March 2024)

- Peña-Casas, Ramón, Dalila Ghailani, Slavina Spasova, and Bart Vanhercke. "In-work poverty in Europe." A study of national policies. European Social Policy Network (ESPN), Brussels: European Commission (2019).
- Piasna, Agnieszka. "The Recovery from Crisis in Southern European Countries: Labour Markets and Job Quality." *IEMed: Mediterranean yearbook 2018* (2018): 47.
- Polavieja, Javier G. "Temporary contracts and labour market segmentation in Spain: An employment-rent approach." *European Sociological Review* 19, no. 5 (2003): 501-517.
- Ratti, Luca, Manuel Antonio Garcia Munoz Alhambra, and Vincent Vergnat. "The challenge of defining, measuring, and overcoming in-work poverty in Europe: an introduction." *In-Work Poverty in Europe. Vulnerable and Under-Represented Persons in a Comparative Perspective* (2022): 1-36.
- Rodríguez, Carlos J. Fernández, and Miguel Martínez Lucio. "Introduction to Work and Employment Relations in Southern Europe." In *Work and Employment Relations in Southern Europe*, pp. 1-31. Edward Elgar Publishing, 2023.
- Scarpetta, S., A. Sonnet, and T. Manfredi. 2010. *Rising Youth Unemployment During the Crisis: How to Prevent Negative Long-Term Consequences on a Generation*. Paris: OECD Social, Employment and Migration Working Papers.
- Serracant, P. 2015. "The impact of the economic crisis on youth trajectories: A case study from Southern Europe." *Young* 23(1): 39–58.
- Suleman, Fátima, and Diana Carvalho. "Young graduates and economic recession: Lessons from the pandemic to prevent the (re) incidence of mental health symptoms." *The International Journal of Health Planning and Management* (2024).
- Vancea, Mihaela, and Mireia Utzet. "How unemployment and precarious employment affect the health of young people: A scoping study on social determinants." *Scandinavian journal of public health* 45, no. 1 (2017): 73-84.
- Zamora-Kapoor, Anna, and Xavier Coller. "The effects of the crisis: Why Southern Europe?." *American behavioral scientist* 58, no. 12 (2014): 1511-1516.